



MULHERES E DESENVOLVIMENTO REGIONAL: REFLEXÕES A PARTIR DO OLHAR DE PRESIDENTAS DE COOPERATIVAS

Daniela Fonseca da Silva

Anelise Graciele Rambo

Esse trabalho busca refletir sobre a relação entre gênero, cooperativismo e desenvolvimento regional e é um recorte da dissertação intitulada *Mulheres no cooperativismo do Litoral Norte Gaúcho: reflexões sobre o desenvolvimento*. Considerando as históricas desigualdades entre homens e mulheres e a reconhecida contribuição do cooperativismo ao desenvolvimento regional, busca-se neste trabalho, analisar em que medida o cooperativismo vem contribuindo para a redução desta desigualdade de gênero, contribuindo assim para o desenvolvimento regional. Para tal, no recorte aqui feito, as reflexões serão baseadas nas percepções das presidentas de três cooperativas do Litoral Norte Gaúcho.

De acordo com o Sistema OCERGS-SESCOOP/RS (2022), no Rio Grande do Sul, há 423 cooperativas associadas a este sistema, e um total de 3,2 milhões de associados. Já quanto à presença das mulheres associadas, o quantitativo é significativamente inferior, fato que se reflete nos cargos diretivos, conforme divulgado nos anuários da Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) até 2020. A desigualdade de gênero mostra-se, portanto, uma dimensão pouco abordada no âmbito do cooperativismo. E se, as cooperativas têm em seus princípios o interesse pela comunidade, parece adequado e urgente reconhecer esta desigualdade enquanto questão, uma vez que o desenvolvimento, além da dimensão econômica, requer a expansão das capacidades humanas e a qualidade de vida (SEN, 2010).

A teoria seniana destaca um conjunto de cinco tipos de liberdades substantivas: liberdades políticas, facilidades econômicas, oportunidades sociais, garantias de transparência e segurança protetora. (SEN, 2010). A expansão das liberdades não ocorre com a falta de oportunidades de trabalho para as mulheres (DAVIS, 2016), a desconsideração do trabalho feminino não remunerado (NANES; QUADROS; ZARIAS, 2017), a diferença de poder entre homens e mulheres em relação ao trabalho (FEDERICI, 2017), salários menores em relação aos homens (TIBURI, 2018).



Metodologicamente, este trabalho resulta de uma pesquisa exploratória, qualitativa, baseada em pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas (GIL, 2019; 2022, GASKELL, 2002) com três presidentas de cooperativas sediadas no Litoral Norte Gaúcho, nos meses de agosto e setembro de 2021. Duas entrevistadas eram presidentas de cooperativas agropecuárias, sendo uma destas não vinculada à OCERGS (Organização das Cooperativas do Estado do Rio Grande do Sul). A terceira mulher era presidenta de uma cooperativa de transportes.

As entrevistas foram realizadas de forma virtual através dos aplicativos *WhatsApp* e *Google Meet*, pois ocorreram durante o distanciamento social da pandemia do COVID-19. Utilizou-se a entrevista semiestruturada com 13 questões abertas. As mesmas foram transcritas e analisadas com a técnica de análise de conteúdo. Para garantir o anonimato, as presidentas foram identificadas como: Entrevistada A, B e C. Foram estabelecidas três categorias a serem relacionadas à perspectiva do desenvolvimento como expansão das liberdades de Sen (2010): trabalho, patriarcalismo/machismo e valorização.

Os resultados da pesquisa apontaram que o trabalho formal na cooperativa possibilitou que as entrevistadas atuem como presidentas, visto que as gestões das cooperativas escolheram mulheres e, assim, não perpetuaram estruturas de desigualdade de gênero. A cooperativa também foi uma oportunidade de sobrevivência e de ampliação das atividades profissionais. O aumento da renda gerado pelo trabalho qualificado e o planejamento e segurança dos associados repercute positivamente na experiência das presidentas, “*não é a realidade individual de cada um, hoje é a realidade da cooperativa*” (Entrevistada B). No caso das cooperativas agropecuárias, também desvinculou da ação de atravessadores, prática prejudicial aos agricultores e agricultoras.

Quanto à valorização, as presidentas mencionaram o reconhecimento recebido de seus pares, o respeito e a valorização do trabalho realizado, “*tem esse reconhecimento das pessoas*” (Entrevistada A), “*hoje eu sou uma mulher sim muito realizada com meu trabalho*” (Entrevistada B) e “*eu me sinto valorizada, porque eu sei que todos os cooperados, até podem até não concordar com as minhas ideias – mas todos eles me respeitam*” (Entrevistada C). Esse aspecto é relevante pois, no setor de transporte e no rural, a figura masculina é valorizada devido ao processo estrutural da sociedade patriarcal que naturaliza como masculinos os espaços de liderança. Nestes setores, a presença das mulheres é rara ou inexistente entre os



gestores, não oportunizam as mesmas condições para superar as desigualdades de gênero.

Apesar das limitações em mensurar reconhecimento, valorização e os impactos que a função de presidenta geram em cada mulher, é notável que essa confiança resulta em ampliação de capacidades, seja por elas ocuparem os cargos de gestão, seja por reconhecer em si as condições que possibilitam exercer com eficiência a gestão das cooperativas que integram.

As práticas sociais que circundam as atividades econômicas e a participação em atividades sociais é bastante marcada pelo sistema patriarcal, comumente chamado de machismo. A estrutura patriarcal é tão profundamente arraigada nas relações sociais que se manifesta mesmo entre as mulheres. A resistência, a disputa e até mesmo a desconfiança são perceptíveis em situações que rompem com comportamentos socialmente consolidados, *“algumas nem me olhavam com olhar muito simpático”* (Entrevistada C). Segundo León (2001), as mulheres naturalizam a situação de dominação e até defendem o *status quo*, estranhando as atitudes opostas a esse sistema, como se somente os homens fossem autorizados a falar (TIBURI, 2018). Porém, nas cooperativas agropecuárias estudadas, as transformações são perceptíveis, as mudanças e superações de barreiras de gênero são notáveis e as entrevistadas consideram que no espaço da cooperativa não há distinção pelo gênero.

No caso da presidenta vinculada à cooperativa de transporte, a experiência e o vínculo familiar com a profissão no ramo transporte permitiu o reconhecimento pela capacitação mesmo em um ambiente majoritariamente masculino.

Porém, a questão que mais evidenciou a desigualdade entre mulheres e homens está relacionada a divisão sexual do trabalho. A criação e o cuidado com crianças ainda são percebidos como papel da mulher e repercute na atuação na cooperativa: *“eu tô assim também, esperando as crianças terem 7 anos pra ir pra escola pras mães poder vir pra cá”* (Entrevistada C).

Assim, apesar de promover oportunidades sociais às mulheres, a presidência da cooperativa é uma atividade acrescida as demais tarefas tradicionalmente realizadas pelas associadas – cuidado com crianças, atividades domésticas e a ajuda na atividade produtiva. Na cooperativa de transporte, também ocorreu a ampliação das atividades, pois mantém os cuidados familiares, mas identifica que prioriza a atual atividade econômica vinculada à cooperativa. Anderson (1992)



menciona que precisamos combater o estereótipo de que cabe apenas as mulheres os cuidados domésticos e com os filhos.

O resultado mais relevante desse estudo é de que as mulheres se sentem valorizadas no trabalho e contam com a confiança dos associados – mesmo quando em maioria ou totalidade são homens. Para Bueno (2001), mulheres articuladas em ações coletivas detêm outra perspectiva em relação ao seu papel na sociedade, e essas ações possibilitam superar adversidades, repercutindo em desenvolvimento.

Enquanto considerações finais, podemos afirmar, com base nas experiências das presidentas entrevistadas, que houve ampliação de capacidades humanas, contribuindo, mesmo que pontualmente, para reduzir a desigualdade entre homens e mulheres. Embora a atuação como presidentas reverbere inicialmente sobre a facilidade econômica, as mulheres também usufruem da segurança protetora ao gozar de direitos de equidade em relação a gestão e participação com a cooperativa; da oportunidade social por compartilhar a mesma atividade produtiva dos demais associados e assim se associar; da liberdade política pois, pode se associar, votar e ser votada; além de usufruir das garantias de transparência particulares de ambientes democráticos e autogestionados.

As presidentas acessam oportunidades, não vivenciam distinção e se sentem valorizadas nas suas gestões. Porém, elas ainda detêm quase que exclusivamente a responsabilidade de cuidados com as crianças, fato que reduz a mobilização política das mulheres (TIBURI, 2018).

Verificou-se que o cooperativismo precisa avançar nos princípios de igualdade e promover o desenvolvimento amplo, não reforçar modelos misóginos que apartam as mulheres de oportunidades. Ficou evidente que a desigualdade entre homens e mulheres é uma perspectiva pouco abordada pelo movimento. Denotou-se que a presidência das mulheres nas cooperativas foi resultado muito mais dos esforços delas próprias do que um resultado do movimento cooperativo.

REFERÊNCIAS:

ANDERSON, J. Intereses o justicia ¿Adónde v ala discusión sobre la mujer y el desarrollo? *In*: PONTIFICIA UNIVERSIDAD CATÓLICA DEL PERÚ. **Materiales de enseñanza**: género y desarrollo. Lima: PUCP, 1992. p. 15-28.

BUENO, P. F. Z. **Gênero e Cooperativismo**: a participação das mulheres nas cooperativas de trabalho. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal



do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/88263#:~:text=http%3A//hdl.handle.net/10183/88263>. Acesso em 15 jun. 2020.

DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, S. **Calibã e a bruxa**: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: BAUER, M. W.; GASKELL, G. **Pesquisa com texto, imagem e som**: um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 2019.

LEÓN, M. El empoderamiento de las mujeres: encuentro del primer y tercer mundo em los estúdios de género. **La ventana**: Revista de Estudios de Género, Guadalajara, v. 2, n. 13. P. 94-106, jan. 2001.

NANES, G.; QUADROS, M. T.; ZARIAS, A. WID, WAD e GAD: uma introdução ao debate sobre mulheres, gênero e desenvolvimento. In.: SANTOS, D. A.; CARDOSO, M. G. C.; SCOTT, P. **Feminismo, diferenças e desigualdades nas políticas públicas e desenvolvimento**: algumas leituras fundamentais. Recife: Ed. UFPE, 2017.

OCB. **Anuário do Cooperativismo Brasileiro 2019**. Brasília, DF: Sistema OCB, 2019a. Disponível em: http://www.paranacooperativo.coop.br/ppc/images/Comunicacao/2019/noticias/07/04/publicacao/publicacao_clique_aqui_04_07_2019.pdf. Acesso em: 25 abr. 2019.

PINHO, D. B. **Fundamentos doutrinários e teóricos**. São Paulo: USP, 2001.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SISTEMA OCERGS-SESCOOP/RS. **Expressão do cooperativismo gaúcho 2022**. Porto Alegre: SESCOOP/RS, 2022. Disponível em: <https://www.sescooprs.coop.br/app/uploads/2022/06/expressao-coop-gaucha-2022.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2023.

TIBURI, M. **Feminismo em comum**: para todas, todes e todos. 8. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.